

O Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais como espaço político para a transição agroecológica¹

Maria Laura Carvalho²

Estevan Coca³

Adriano Santos⁴

RESUMO

Na região sul e sudoeste de Minas, os cenários de construção da agroecologia têm sido permeados pelo protagonismo das representações populares, em que o sentido “de baixo para cima” parece produzir espaços políticos de organização e mobilização social. Marcada pela presença histórica da monocultura do café, a região apresenta características específicas, com destaque para a comoditização dos territórios e a exploração dos sujeitos, submetidos ao trabalho escravo contemporâneo. O objetivo deste trabalho é compreender e analisar o Polo agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas (PASSOMG) como espaço político, bem como destacar algumas ações territoriais que buscam subverter a hegemonia do agronegócio na região. A metodologia de pesquisa adotada contou com aplicação de questionários online por meio de formulários eletrônicos do *google forms* e observação participante direta. Como resultado da investigação, é possível concluir que o PASSOMG tem sido construído coletivamente como espaço político por diferentes atores sociais (instituições de ensino e pesquisa, associações e movimentos socioterritoriais) em busca da transição agroecológica, desenvolvendo ações de denúncia, ao mesmo tempo em que anuncia a agroecologia como estratégia de subversão ao modelo destrutivo do agronegócio.

Palavras-chave: Agroecologia; representações populares; espaço político; PASSOMG; Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

¹ A pesquisa foi financiada pela Fundação de apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico (FADEAMA) do Instituto Federal Sul de Minas (IFSULDEMINAS), *campus* Machado-MG e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PASSOMG).

² Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), maria.ribeiro@sou.unifal-mg.edu.br.

³ Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), estevan.coca@sou.unifal-mg.edu.br.

⁴ Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), adriano.santos@sou.unifal-mg.edu.br.

ABSTRACT

In the region of South and Southeast Minas Gerais, building agroecology evolves the protagonism of popular representations. "Bottom-up" initiatives produce political spaces for organization and social mobilization. The region is marked by the historical presence of coffee monoculture and has specific characteristics such as the commodification of territories and the exploitation of subjects in contemporary slave labor. This work aims to understand and analyze the Agroecological and Organic Production Centre of the South and Southwest of Minas (PASSOMG) as a political space, as well as to highlight some territorial actions that seek to subvert the hegemony of agribusiness in the region. The research methodology consists of the use of online questionnaires using Google Forms and direct participant observation. As a result of the research, it is possible to conclude that PASSOMG has been collectively constructed as a political space by different social actors (educational and research institutions, associations, and socio-territorial movements) in search of the agroecological transition, developing denunciatory actions and at the same time announcing agroecology as a strategy of subversion against the destructive model of agribusiness.

Keywords: Agroecology; popular representations; political space; PASSOMG; South and Southwest of Minas Gerais.

RESUMEN

En la región sur y suroeste de Minas, los escenarios de construcción de la agroecología han sido permeados por el protagonismo de las representaciones populares, en las que el sentido "de abajo hacia arriba" parece generar espacios políticos de organización y movilización social. Marcada por la presencia histórica de la monocultura del café, la región presenta características específicas, destacándose la mercantilización de los territorios y la explotación de los sujetos, sometidos al trabajo esclavo contemporáneo. El objetivo de este trabajo es comprender y analizar el Polo agroecológico y de Producción Orgánica del Sur y Suroeste de Minas (PASSOMG) como espacio político, así como destacar algunas acciones territoriales que buscan subvertir la hegemonía del agronegocio en la región. La metodología de investigación adoptada incluyó la aplicación de cuestionarios en línea a través de formularios electrónicos de Google Forms y observación participante directa. Como resultado de la investigación, es posible concluir que el PASSOMG ha sido construido colectivamente como espacio político por diferentes actores sociales (instituciones de enseñanza e investigación, asociaciones y movimientos socioterritoriales) en busca de la transición agroecológica, desarrollando acciones de denuncia, al mismo tiempo que anuncia la agroecología como estrategia de subversión al modelo destructivo del agronegocio.

Palabras-clave: Agroecología; representaciones populares; espacio político; PASSO; Sur y suroeste de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

No atual contexto do capitalismo financeiro, o campo se desenvolve com forte participação das corporações, do uso de agrotóxicos e tecnologias digitais (Agricultura 4.0) que contribuem para a consolidação de uma agricultura produzida cada vez mais sem a presença de agricultores (Campbell, 2009; Clapp; Ruder, 2020). No que se refere à agricultura camponesa, ao considerar a padronização da produção a partir das *commodities* (mercadorias), o território perde sua função social de abrigar essas famílias que constroem cotidianamente a soberania alimentar (Calvário; Desmarais; Azkarraga, 2020). É diante desse cenário que as grandes corporações estimulam o processo de acumulação por espoliação (Hall, 2013; Harvey, 2005), resultando em questões desumanas como cenário da fome (Barbosa Jr; Coca; Soyer, 2022; Rede PENSSAN, 2022; Xavier, 2022).

A partir disso, torna-se necessário assinalar os movimentos contra hegemônicos que valorizam as condições específicas dos territórios para o desenvolvimento de culturas alimentares camponesas, tendo em vista os domínios morfoclimáticos de cada região do país (Castro, 2022) e a construção da soberania alimentar em seus diferentes níveis escalares (Coca, 2016).

Nesse contexto, ao considerarmos a mesorregião Sul e Sudoeste de Minas, surgem algumas problemáticas diante da monocultura do café presente nesta região do estado (EPAMIG, SEAB 2010), assim como as crescentes produções da soja e da cana-de-açúcar (IBGE, 2017). Dentre elas, destacam-se, a intensa utilização de maquinários, além do uso indiscriminado de sementes transgênicas e agrotóxicos nas plantações. Nesse cenário, tanto a natureza quanto o ser humano são afetados e explorados de modo a se transformarem conforme os processos de produção de mercadorias que caracterizam o atual estágio de acumulação do capitalismo. Como contramovimento, a agroecologia tem se consolidado como política articulada entre os territórios camponeses e espaços urbanos de modo a promover a autonomia alimentar, a conscientização da preservação do meio ambiente e a valorização dos saberes ancestrais (Altieri, 2012).

Enquanto parte de um modelo de desenvolvimento que gera sustentabilidade, a agroecologia se apropria e se reproduz por meio dos territórios de modo distinto ao capital, tendo em vista os elementos ontológicos, epistemológicos e até mesmo pragmáticos/operacionais que demarcam a soberania alimentar. Nos territórios agroecológicos, os recursos são utilizados de modo dinâmico através das práticas e técnicas que se consolidam entre o saber ancestral e o conhecimento científico (Leff, 2002). O movimento agroecológico objetiva ser o vetor de um modelo de desenvolvimento que elucida a comunicação entre os diferentes saberes (Martinez-

Torres; Rosset, 2016). Por essa razão, a esfera social e coletiva se efetiva enquanto parte determinante da consolidação do movimento frente às lutas que se somam à classe e ao acesso à terra.

Tendo em vista esse potencial subversivo da agroecologia, o presente trabalho tem por objetivo compreender e analisar o Polo agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas (PASSOMG) como espaço político, bem como destacar algumas ações territoriais que buscam subverter a hegemonia do agronegócio na região. A recente instituição do PASSOMG como Lei Estadual nº 23939/21, colabora com o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito socioambiental. Ao articular a luta de movimentos socioterritoriais, Instituições de Ensino, cooperativas, sindicatos rurais, entre outros agentes, o PASSOMG promove e participa de debates em espaços diversos em territórios agroecológicos e em transição. Isso se dá através das experiências e das ações desenvolvidas por seus membros enquanto representações com mandato voltado à justiça social e ambiental, assim como a classe camponesa. Ao fortalecer as redes de denúncias contra o trabalho escravo contemporâneo e o uso indiscriminado de agrotóxicos na região, o PASSOMG desenvolve articulações políticas para a emancipação dos territórios de modo a estabelecer a busca pela autonomia do campesinato e dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Dialogando com a literatura sobre os processos políticos e o espaço (Alves, 2022; Castro, 2018a, 2018b; Mello-Théry, 2011) caracterizamos o PASSOMG como um espaço político gerado pela articulação entre diferentes atores e forças contra hegemônicas do sistema agroalimentar regional.

O trabalho é parte dos resultados da pesquisa intitulada “Concertações políticas do campesinato e transição agroecológica na região Sul e Sudoeste de Minas Gerais” que ainda está em andamento, mas em fase de conclusão. A pesquisa mencionada tem como objetivo a realização de um diagnóstico sobre o processo de transição agroecológica como parte da questão agrária atual, além de estudar as concertações políticas do PASSOMG. Assim, com a pesquisa, buscamos conhecer as organizações que se integram ao PASSOMG, de modo a destacar as potencialidades dessa articulação política e seus desafios para a transição agroecológica na região.

O presente trabalho está organizado em três partes, além desta introdução, metodologia e das considerações finais. Iniciamos com a apresentação da metodologia, destacando as atividades de pesquisa e extensão que possibilitaram a produção dos dados que compõem o trabalho. Na sequência, problematizamos o conceito de espaço político como lente teórica para a leitura do PASSOMG. Depois disso, são apresentados os resultados, situando os espaços políticos

construídos por meio do PASSOMG. Por fim, relacionamos a transição agroecológica com o conceito de espaço político, de modo a enfatizar que a disputa pela implementação da agroecologia é, antes de tudo, política, pois envolve o conjunto de elementos estruturais que caracterizam a agricultura e a soberania alimentar no contexto atual.

METODOLOGIA

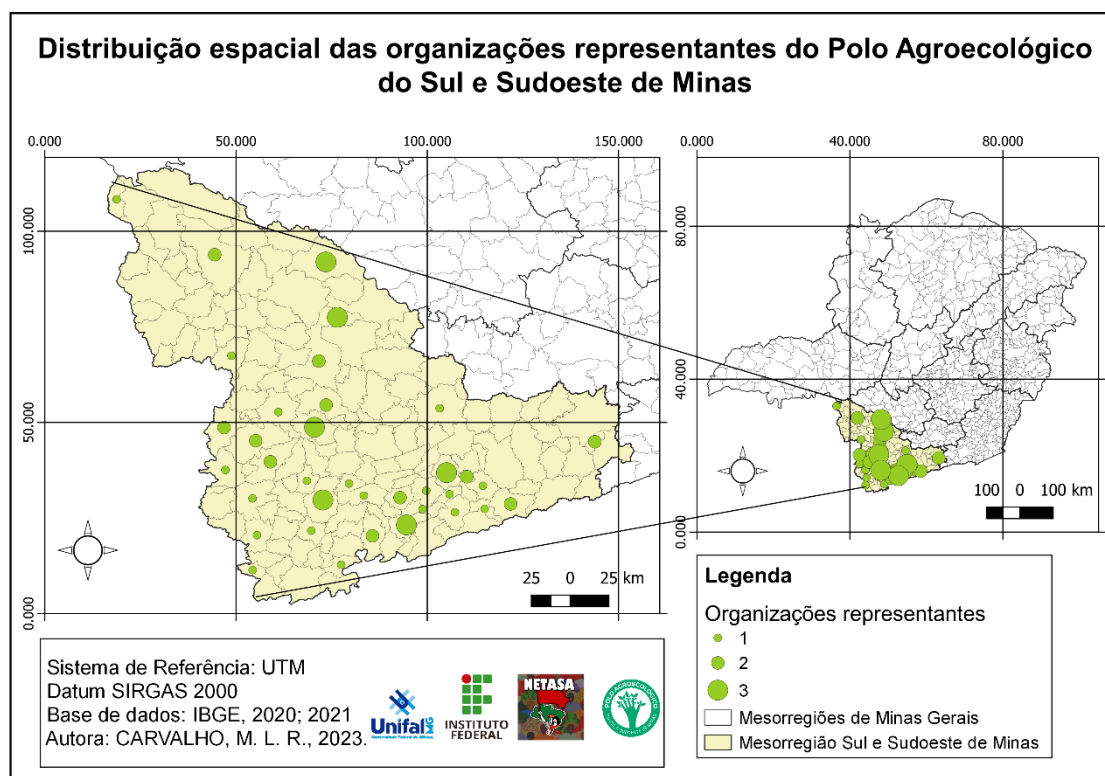
A pesquisa que originou esse trabalho tem sido desenvolvida como parte da atuação dos três autores no PASSOMG. A primeira autora atuou como bolsista na instituição⁵, tendo a finalidade de contribuir com o mapeamento e levantamento documental, e o segundo e terceiro autores como alguns dos representantes de Instituições de Ensino Superior da região que visam apoiar a transição agroecológica no Sul e Sudoeste de Minas Gerais por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Sendo assim, trata-se, acima de tudo, de uma pesquisa militante (Bartholl, 2018; Coca; Xavier; Bertachi, 2021), de modo que os autores se somam aos esforços do PASSOMG na busca pelo fomento da agroecologia na região.

Para abordar o PASSOMG por meio do conceito de espaço político, apoiamo-nos em dois procedimentos metodológicos principais. O primeiro consistiu na elaboração de um questionário eletrônico, disponibilizado pelo *google forms* e enviado aos representantes de cada organização. Esse formulário, que foi respondido por 35 das 51 instituições/organizações que compõem o PASSOMG (Figura 1), teve como objetivo a coleta de dados sobre o perfil dos representantes, escalas de atuação, e situar a localização das organizações participantes. Os dados levantados por meio deste instrumento eletrônico de pesquisa, permitiu a identificação e mapeamento das organizações no território de abrangência e atuação do Polo.

O segundo se deu por meio da participação como membros do PASSOMG em ações por ele organizadas, nas quais utilizamos as técnicas de observação participante (Turra Neto, 2012) para compreender e analisar alguns temas referentes à atuação do Polo, dentre os quais destacamos: os principais desafios para a transição agroecológica no Sul e Sudoeste de Minas Gerais; visões sobre a agroecologia e relação com representantes públicos, especialmente deputados que contribuíram para a formação do PASSOMG com apoio político ou direcionamento de emendas.

⁵ Bolsa possibilitada pela FADEMA, do IFSULDEMINAS, *campus* Machado-MG, que geriu uma das emendas parlamentares destinadas à estruturação do PASSOMG.

Figura 1 - Mapa da distribuição espacial das organizações representantes do polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (PASSOMG)



Fonte: Autores, 2023.

ESPAÇO POLÍTICO E AGROECOLOGIA: O COMBATE AO MODELO DO AGRONEGÓCIO NA ESFERA PÚBLICA

O conceito de espaço político é tomado como referência analítica para discutimos a formulação do PASSOMG na busca pela transição agroecológica no Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Buscamos ler esse conceito por meio de uma perspectiva geográfica. Com isso, interpretamos os espaços políticos não apenas na perspectiva da política “tradicional”, baseada no voto e/ou nos partidos políticos legalmente institucionalizados, mas também com base nas articulações que se dão em outros espaços (inclusive não-formais) onde a política é construída, como é o caso dos movimentos socioespaciais, socioterritoriais, instituições de ensino e outras organizações.

A relação entre espaço e política não é nova para a Geografia, estando na própria gênese da institucionalização desta ciência quando do contexto da unificação alemã (Moreira, 2017; Sodré, 1976). Leituras como o “espaço vital” de Ratzel e a definição de geopolítica por Kjéllen fazem

parte disso (Costa, 2008). Na trajetória do pensamento geográfico a relação entre espaço e política se manifesta por fatores como as reflexões sobre a interação entre o espacial e o político, a espacialidade do político e a essência política do espaço (Castro, 2018a). Contudo, o que propomos como lente interpretativa para o entendimento das articulações entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais, instituições e organizações de diversos tipos, Poder Público, entes privados, Instituições de Ensino e outros que formam o PASSOMG, é a leitura do espaço político como um conceito que possui capacidade de explicar disputas, consensos, dissuasões e tensões na produção da agroecologia.

Com base no verbete escrito por Castro (2018b), entendemos que o conceito de espaço político não tem origem na geografia, mas em trabalhos de cientistas políticos sobre a dinâmica espacial dos votos. Nesses casos, estavam implícitos na construção dos conceitos elementos como as tendências ideológicas predominantes numa determinada região e como os partidos políticos lidavam com isso. Como exemplo de tal abordagem consta o trabalho de Downs (1957), que teve como intento descobrir as estratégias dos candidatos na busca por votos. O autor demonstra que é comum aos candidatos a busca pelo eleitor “médio”. Na geografia, o trabalho de Soja (1971) é pioneiro ao debater os aspectos locais dos conflitos de interesses, demonstrando como a emergência do Estado-Nação é uma distinta expressão espacial. Contudo, somente na década de 1990, o conceito de espaço político seria abordado de modo mais claro pela geografia (Lévy *et al.*, 1990), quando essa ciência passa a enfatizar o papel do Estado e suas instituições na organização dos conflitos e a regulação crescente da vida política e dos movimentos sociais (Castro, 2018a).

Seguindo essa tendência, em Smith e Low (2006), por exemplo, a dimensão política do espaço público é entendido como uma expressão da sociedade civil, porém, não contida nela. Para os autores, espaço público e esfera pública são arenas de contestação e luta política. Lévy (1995), por sua vez, demonstra como o espaço e o político são duas dimensões da totalidade social. Aqui, entendemos o espaço político como

[...] um tipo de espaço ao mesmo tempo de encontro, de debates e acordos sobre interesses conflitantes, pode ser ou não visível e acessível a todos e personifica a materialidade inerente à vida política que supõe não apenas pensar e falar, mas também o agir (CASTRO, 2012). O espaço político é então um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo (Castro, 2018b, p. 123).

Apesar da autora enfatizar o aspecto governamental do espaço político, para efeito deste trabalho destacamos também como tal conceito reforça a definição de políticas pelos entes públicos

ou até mesmo de proto-políticas públicas construídas na articulação entre diferentes elementos da sociedade (movimentos, igrejas, organizações não governamentais, instituições de ensino e outros). Isso ganha importância na medida em que constatamos que a agroecologia tem se desenvolvido não apenas como uma técnica, uma prática ou um movimento como amplamente difundido desde as contribuições de Wezel e outros (2009). Ela também é política (Cardwell, 2022; Holt-Giménez; Altieri, 2013; Rosset; Altieri, 2017). Contudo, a agroecologia não se caracteriza apenas enquanto uma política que se desenvolve como resultado da intervenção governamental sobre problemas que ganham conotação pública, mas também como política no seu sentido amplo da palavra, isto é, como ação construída pelos cidadãos, que se caracteriza por estar

[...] concentrada na busca do bem comum, no aproveitamento civilizado do conflito e da diferença, na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, na defesa da crítica e da participação, da transparência e da integridade, numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável capacidade criativa dos homens (Nogueira, 2019, p. 60)

Esse tipo de política é centrado no protagonismo das populações e de suas representações populares. Ela não exclui nem diminui a capacidade de as políticas públicas contribuírem para a efetivação de demandas coletivas ou para a resolução parcial ou completa de problemas com ampla conotação social – algo fundamental no país com disparidades sociais tão marcantes como é o caso do Brasil. Ao contrário, ela enfatiza o potencial de construções que são moldadas “de baixo para cima”, ou seja, desde os povos que vivem em condição de subalternidade no capitalismo.

Neste sentido, um dos modos pelos quais a agroecologia tem se materializado em espaço político no estado de Minas Gerais tem sido através da articulação entre setor público (em menor intensidade) e sociedade civil por meio dos polos agroecológicos. Um dos exemplos mais emblemáticos e que tem servido de experiência para o PASSOMG é o do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, em Minas Gerais, o qual foi instituído pela Lei Estadual 23.207, de 2018, de autoria do então deputado estadual Rogério Corrêa, do Partido dos Trabalhadores (PT). Além desse exemplo, o estado de Minas Gerais também concentra o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Norte de Minas Gerais, instituído pela Lei Estadual 24.75, de 2022 pelo deputado estadual Tadeu Martins Leite, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano, que foi apresentado como Projeto de Lei Estadual 3.676 de 2022, pela deputada estadual Marilene Alves de Souza (Leninha), do PT.

Devido ao fato de serem iniciativas recentes, essas experiências ainda foram pouco abordadas pela literatura. Numa pesquisa à base Google Acadêmico são encontrados trabalhos

sobre a o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata (e.g. Bento; Silva, 2022; Nunes *et al.*, 2022; Pereira *et al.*, 2020), todavia, nada consta a respeito dos demais exemplos citados. Com base nisso, levantamentos aqui a proposta de ler os polos agroecológicos como espaços políticos, — isto é, como síntese de múltiplas determinações, como unidade do diverso (Marx, 2008) —, buscam produzir a transição agroecológica por meio de diferentes e diversos atores sociais.

Isso porque entendemos também que, embora o PASSOMG se defina como um espaço de articulação política e construção coletiva da agroecologia, é inegável sua constituição enquanto sujeito coletivo, portanto, enquanto movimento social que se define a partir de sua conflitualidade e experiência social de contestação da ordem instituída pelo modelo hegemônico do agronegócio na região. Ou seja, ele é resultado de um esforço coletivo para desenvolver valores e orientações culturais (Touraine, 1998) capazes de instituir o movimento agroecológico enquanto um ator social importante na luta contra hegemônica ao agronegócio.

Dessa forma, dada sua construção e dinâmica enquanto sujeito em movimento nas redes sociais (Gohn, 2014) vale destacar seu caráter educativo e pedagógico em torno da construção de uma cidadania coletiva, que não se constrói por decretos ou intervenções externas, programas ou agentes pré-configurados, mas sim, “por um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo de experiências engendradas” (Gohn, 2014 p. 21). Por isso, o PASSOMG tem se construído buscando realizar um processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas engendram. No escopo dessas experiências marcadas pela relação entre agência e estrutura, os sujeitos individuais que integram o PASSOMG são “pessoas conscientes e refletem sobre suas iniciativas em um mundo estruturado e repleto de significados”. Não “são simplesmente programadas para seguir roteiros predefinidos para os seus papéis; elas são capazes de instigar ações, frequentemente com considerável inteligência, criatividade e improvisação” (Wright, 2019, p. 157).

Portanto, se é verdade que o PASSOMG pode se definir enquanto espaço político organizativo do qual participam pessoas que se reuniram para cooperar em prol de um objetivo comum, também é verdade que ele se constitui como um ator social importante. Isso porque as pessoas que constituem o PASSOMG são verdadeiros agentes que coordenam socialmente as ações desse espaço, não mais como um espaço de caráter individual, mas sim um espaço de caráter coletivo, regido por identidades, interesses e valores (Wright, 2019) que buscam ampliação e efetivação da transição agroecológica como estratégia de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio.

PASSOMG NA BUSCA PELA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS

Tomando por referência a experiência do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata, o PASSOMG surgiu a partir da Lei Estadual nº 23.939, de 23 de setembro de 2021, de autoria da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira, do PT, tendo contado também com o apoio do deputado federal Rogério Corrêa, do PT. A organicidade desta articulação em prol da agroecologia existe desde anos antes da sua aprovação, tendo como parte de sua história ações de extensão realizadas em parcerias com os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) de instituições de ensino como a Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e o IFSULDEMINAS; a luta pela terra deflagrada pela regional Sul de Minas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); o Curso Realidade Brasileira (CRB); eventos como os Encontros Regionais de Agroecologia, as Festas das Sementes e as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária. Além dessas atividades realizadas em parceria com as organizações integrantes, convém destacar especialmente a relevância, organicidade e participação da Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas Gerais -Sistema Participativo de Garantia SPG/OPAC no processo de constituição de uma rede agroecológica de valorização dos saberes locais e construção coletiva do conhecimento, visando a transição agroecológica na região. Tais ações indicam que o Sul de Minas Gerais possui uma tradição recente de questionamento ao modelo hegemônico do agronegócio por meio da proposição da transição agroecológica e da campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida.

Assim, as articulações para a criação do PASSOMG começaram no contexto da pandemia da COVID-19, quando instituições de ensino e representantes da sociedade civil envolvidos com a agroecologia da região demonstraram o interesse em desenvolver uma experiência semelhante à do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata. Inicialmente, buscou-se fomentar a articulação apenas no Sul de Minas Gerais, porém, nas primeiras reuniões ocorridas ainda virtualmente, a existência de parceiros estratégicos no Sudoeste do estado, a exemplo da Universidade Federal de Lavras (UFLA), fez com que a escala de abrangência do PASSOMG fosse ampliada também para a região Sudoeste.

Convém assinalar ainda, que o processo de construção do PASSOMG foi realizado desde o primeiro momento de “baixo pra cima”, isto é, a proposta do projeto de Lei contou com a participação direta do coletivo constituído a partir de parcerias interinstitucionais, envolvendo os

NEAs, as Instituições de Ensino Superior, movimentos socioespaciais e socioterritoriais e Organizações Agroecológicas da região. Nesse sentido, a elaboração da proposta, com suas características, escopo e objetivos, foi realizada através de uma colaboração coletiva dos atores sociais, o que significa dizer que ela contemplou desde o início as necessidades do movimento agroecológico, sendo o projeto fruto tanto de uma mobilização política regional, quanto de uma construção coletiva organizada a fim de conceber uma proposta comum que pudesse ser apresentada pela Deputada Beatriz Cerqueira, no formato de um projeto de Lei à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Após a criação e aprovação da Lei que instituiu o PASSOMG, foi destinada uma emenda parlamentar da deputada estadual Beatriz Cerqueira de modo a garantir sua primeira estruturação e funcionamento na região. Diante disso, a organicidade do Polo se definiu por meio de uma Secretaria Operativa, que é composta por um grupo de pessoas que dão operacionalidade e execução às ações técnicas, burocráticas e políticas; uma Coordenação Ampliada, organizada politicamente a partir dos membros que representam as organizações integrantes; e, por fim, os Grupos de Animação/Articulação, organizado a partir de pessoas, organizações e movimentos que visam a promoção da agroecologia na região através do Polo. As ações desenvolvidas por cada dimensão organizativa são orientadas a partir da Carta de Princípios que direciona as ações e movimentos que sustentam a política agroecológica.

Enquanto organização política, o PASSOMG se orienta a partir dos seguintes princípios: I-desenvolvimento sustentável; II-associativismo e cooperativismo; III-participação social; IV-segurança e soberania alimentar; V-diversidade; VI-equidade; VII-emancipação feminina; VIII-saúde única; IX-agroecologia; e X-luta antirracista em sua construção coletiva (PASSOMG, 2021). Um dos elementos que chama a atenção na composição do Polo é como ele se relaciona com diversas escalas geográficas. Na escala local destacam-se agricultores/as agroecológicos/as, orgânicos ou em transição. Com atuação regional, tem-se a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), as Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS), a Articulação dos empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE-MG) e instituições de ensino como Unifal-MG, a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), a UFLA e os *campi* de Inconfidentes, Poços de Caldas e de Machado-MG do IFSULDEMINAS. Com atuação na escala nacional constam as representações do MST e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida. Essas parcerias fortalecem o PASSOMG de modo que se amplie suas áreas e formas de atuação, tendo em vista o envolvimento de diversos setores da construção da agroecologia enquanto movimento, ciência, política e prática.

Nesse sentido, é importante salientar – no processo de formação técnica-científica e sociopolítica do PASSOMG – a participação dos NEAs no desenvolvimento de encontros de reflexão teórico-críticas sobre a agricultura e a alimentação saudável, em que docentes e discentes participam e organizam ações de pesquisa, ensino e extensão a fim de promover a agroecologia enquanto estratégia de desenvolvimento do campo na região. Assinalamos três experiências que podem ser indicadas como exemplos da estratégia de construção coletiva de conhecimento e ações de intervenção na realidade regional:

I) A realização da 10ª edição da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, em 2023 demonstra a consolidação do PASSOMG enquanto sujeito coletivo, tendo em vista as articulações e parcerias das organizações e movimentos que o constituem. Além de se tratar de um evento cuja pauta central tem sido, há mais de 10 anos, a defesa da reforma agrária na região, evidencia-se também outras agendas conjunturais nas quais o Polo também está envolvido. É o caso, por exemplo da luta envolvendo o combate ao trabalho escravo contemporâneo no sul de Minas Gerais que, pelo menos desde 2022 vem mobilizando os sujeitos em consonância com as Instituições de Ensino Superior e Sindicados a partir de palestras, oficinas, rodas de conversa e mesas redondas construídas sobre o tema para o debate na região.

II) O 11º Encontro de Agroecologia do IFSULDEMINAS, campus Machado, organizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO) em parceria com o NETASA (Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar), que ocorreu no dia 08 de dezembro do ano de 2023 com a temática sobre o “Colapso Ambiental e os Desafios Sociopolíticos da Agroecologia no Brasil”. Além da participação de outros NEAs, de movimentos sociais, docentes da área, e pessoas com interesse no debate da agroecologia e da produção orgânica. O PASSOMG participou tanto da promoção, organização e planejamento das atividades quanto da execução, coordenando mesas e debates por meio da participação de seus representantes.

III) O 1º Encontro de Agroecologia da Orgânicos Sul de Minas, realizado na praça central da cidade de Inconfidentes, no dia 10 de dezembro no ano de 2022, assim como os demais, também contou com a participação do Polo. O evento foi marcado pela exposição da feira agroecológica e orgânica, realizada pelos próprios agricultores, mas também trouxe para o debate o tema da comercialização dos alimentos agroecológicos. Como resultado da discussão, as organizações participantes chegaram à conclusão de que o contato direto entre o produtor e o consumidor desempenha um importante papel tanto no fortalecimento das identidades dos trabalhadores do campo, camponeses e agricultores, como também no estreitamento das relações entre o campo e a cidade.

Isso potencializa a promoção das culturas alimentares ligadas à região, como se pode verificar na Figura 2.

Figura 2 - Registro fotográfico do 1º Encontro de Agroecologia da Orgânicos Sul de Minas.



Fonte: Gabrielle Dantas, 2022.

A realização desses eventos exemplifica como o PASSOMG se articula aos temas mais amplos além daqueles que se relacionam à produção sob bases. Nesse sentido, ele se constitui fazendo-se também como um espaço que estimula a reflexão sobre a questão agrária em sua área de abrangência, fato fundamental na leitura sobre a dimensão política da transição agroecológica.

Para além da territorialização da agroecologia e da produção orgânica em espaços concretos como os já citados anteriormente, construídos com outros parceiros organizados, o PASSOMG também tem se articulado nos espaços virtuais em redes sociais e plataformas digitais como YouTube para a divulgação de eventos e atividades relacionadas à promoção da agroecologia na região. Dentre algumas ações realizadas no espaço das redes, destaca-se o “Polo em Prosa”, uma iniciativa coletiva que visa organizar e promover debates de interesse social e agroecológico, como edições que trataram do uso da capina química urbana; a intoxicação e morte de abelhas por

agrotóxicos e a exploração do trabalho do escravo contemporâneo no Sul de MG. Em suma, esse espaço virtual tem se constituído em um importante canal de denúncia e comunicação entre as organizações membro do PASSOMG e a sociedade civil, conforme apresentamos na Figura 3.

Figura 3 - Canal do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (PASSOMG) no YouTube



Fonte: Autores, 2023.

Portanto, o PASSOMG possui uma estrutura organizativa que reverbera um conjunto de atividades de denúncia aos agrotóxicos e trabalho escravo contemporâneo, bem como de anúncio e fortalecimento da agroecologia no Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Utilizando espaços presenciais e virtuais, ele tem trazido debates e proposto algumas ações estratégicas que buscam viabilizar não apenas a implementação da agroecologia como técnica, como prática e movimento, mas também enfatizando-a como dimensão política, social e cultural. Tais dimensões tem colocado o Polo Agroecológico como expressão da produção de espaços políticos para além da política “tradicional”, o que corresponde a uma amplitude maior em termos de sua relevância social para a comunidade agroecológica regional.

O PASSOMG COMO ESPAÇO POLÍTICO

Um dos maiores desafios para que a agroecologia se consolide não apenas como uma alternativa, mas como realidade concreta que deve emergir como possibilidade ao agronegócio e seus efeitos destrutivos é a sua territorialização ou massificação (Coca, 2016; Rosset *et al.*, 2021; Rosset; Altieri, 2017). Ou seja, é preciso assumir a compreensão de que o enfrentamento desse

modelo é, antes de tudo, um desafio no plano político. Isso porque, a proposta agroecológica emergiu e tem feito seu caminho num campo de disputa na sociedade, no qual a produção familiar tem assumido uma centralidade em contraposição ao modelo hegemônico do agronegócio. Assim, “essa disputa política não poderá se resolver sem a efetivação de uma estratégia de ocupação massiva dos territórios pelas experiências da Agroecologia como força material de produção e fonte de inspiração de políticas” (Caporal; Petersen, 2011, p. 71). Como no capitalismo a influência das classes dominantes sobre o Estado faz com que a via institucional não seja efetiva, para que isso ocorra, a emergência de polos agroecológicos pode representar espaços políticos de grande valia na busca pela mobilização em favor da transição agroecológica. Neste sentido, a experiência do PASSOMG traz exemplos de limites e algumas possibilidades que emergem em experiências desse tipo.

É preciso assinalar, portanto, que o PASSOMG não tem produzido ações que são necessariamente novas. Apesar de propor novas formas de articulação e divulgação da agroecologia, especialmente por meio virtual, ele se baseia em ações que já possuem uma razoável trajetória no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, a exemplo da luta do MST e de experiências coletivas de certificação agroecológica e orgânica, inclusive com participação social. Essa possibilidade de produzir o novo por meio do velho, trabalhando por meio de estruturas comuns (crítica ao modelo do agronegócio), faz com que o Polo enfatize mais o tema da agroecologia no debate público. Por mais que a exemplificação seja importante para o convencimento da adoção da agroecologia (Martinez-Torres; Rosset, 2016), isso não é (e não tem sido) suficiente.

Na verdade, parece que o momento não é mais de demonstrar a superioridade técnica, econômica, social e ambiental dos agroecossistemas de base familiar gestados a partir do enfoque agroecológico, o desafio que se apresenta é, de fato, político, pois,

Sem um adensamento das forças sociais em defesa de profundas reorientações nas políticas públicas e na reformulação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, os processos de inovação agroecológica dificilmente ultrapassarão o atual estágio de experiências isoladas e socialmente pouco visíveis para expandir suas escalas de abrangência social e geográfica aos territórios do país inteiro (Caporal; Petersen, 2011, p. 72).

Nesse sentido, um dos pontos que devem permear ações futuras do PASSOMG para que ele seja mais efetivo, em que pese seus limites de recursos e estrutura, é o investimento em propostas concretas de transição agroecológica. Isso porque a própria Lei nº 23.939, de 23 de setembro de 2021, que institui o Polo prevê em seu artigo 3º que as ações governamentais deverão observar algumas diretrizes, dentre as quais convém destacar algumas relevantes e desafiadoras para

a região, tais como: a assistência técnica e extensão rural em agroecologia; estímulo ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos; fortalecimento do associativismo e do cooperativismo entre produtores agroecológicos e orgânicos; fomento e iniciativa de emancipação e autonomia das mulheres agricultoras (Minas Gerais, 2021). Diante desses desafios, o PASSOMG tem se mobilizado para promover ações que fomentem tais iniciativas dentre os membros e organizações que o constituem.

No entanto, elas têm sido limitadas seja pelas dificuldades de estrutura, recursos e funcionamento, visto que para existir de forma operativa, o PASSOMG depende de emendas parlamentares, seja pela dificuldade de mobilização das organizações e movimentos que o integram. Em nossas observações a respeito das dinâmicas e organizações do Polo é possível observar uma participação constante de docentes, estudantes e alguns representantes de organizações, mas, especialmente das reuniões de planejamento e em algumas ações acadêmicas, os/as agricultores/as têm sido ausentes, sob a justificativa de que há dificuldades para participarem desses espaços em dias e horários que estão cuidando ou trabalhando na propriedade.

Tais dificuldades existem não apenas em razão do acesso às propriedades dos agricultores agroecológicos que integram o Polo na região, mas fundamentalmente, em razão da falta de recursos, o que tem inviabilizado uma aproximação maior e acompanhamento direto do cotidiano e das condições de transição agroecológica no sul de Minas. Em que pese tais dificuldades, sobretudo porque a região sul e sudoeste é muito extensa territorialmente, algumas ações têm sido pensadas para tentar viabilizar, de modo mais efetivo, a atuação do PASSOMG no cotidiano do produtor como, por exemplo, as caravanas agroecológicas e dias de campo, em que produtores trocam experiências e de novos canais de comercialização, como é o caso das feiras agroecológicas, bem como as festas das sementes, orgânicas e biodinâmicas. Essas atividades se configuram em espaços socioculturais relevantes não só de troca de ideias e experiências agroecológicas, mas também, e sobretudo, de articulação sociopolítica, produção e troca de conhecimentos e sementes crioulas.

Considerando esses elementos desafiadores da prática política do PASSOMG, existem outros de natureza econômica que podem inviabilizar a organização da transição agroecológica na região. Dentre os diversos aspectos que podemos elencar, – como a necessidade de assistência técnica especializada em agroecologia, o desenvolvimento de cooperativas e associações que podem organizar os produtores em transição agroecológica, assim como a criação e fomento de canais de comercialização da produção agroecológica, – é preciso destacar a dependência do PASSOMG de emendas parlamentares para existir e funcionar.

Tal situação representa uma condição de insegurança e incerteza em relação aos recursos necessários à organização do Polo, o que gera preocupações na medida em que não há uma política estadual de fomento à produção agroecológica e orgânica. Isso significa uma dificuldade estrutural tanto em relação aos processos de transição agroecológica, visto que agricultores e camponeses da região não dispõem de apoio financeiro do estado para produzirem alimentos livres de agrotóxicos, quanto no que diz respeito ao processo de mobilização e organização desses sujeitos, uma vez que eles não se sustentam sem recursos para operar suas ações e atividades na região. Disso decorre um desafio organizacional para o movimento agroecológica da região. Como manter os agricultores e camponeses agroecológicos mobilizados em torno da transição agroecológica, se eles não contam com apoio e incentivos do estado para produzirem alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos?

Ora, se o PASSOMG surgiu de uma mobilização sociopolítica dos agentes agroecológicos e movimentos sociais da região, parece que o desafio de tal mobilização consiste em um duplo movimento para a luta: de um lado eles precisam se manterem organizados a partir do Polo, enquanto espaço político articulador (na unidade do diverso), para se constituírem como força política capaz de pressionar o Estado e seus agentes políticos à fomentar a produção agroecológica na região; de outro, diante das dificuldades fiscais do Estado, o movimento precisará buscar alternativas de financiamento de suas ações, para além das emendas parlamentares, o que significa dizer, que a coordenação ampliada do Polo Agroecológico terá que repensar suas estratégias de organização e modo de funcionamento. Ou seja, se faz necessário, construir novas estratégias de financiamento e busca por recursos, para viabilizar a existência do PASSOMG enquanto Lei instituída, caso contrário, restará apenas o fato de que ele se edificou como força política articulada num espaço político. De todo modo, independentemente do apoio do Estado, compreende-se que há a necessidade de se massificar a agroecologia na região de atuação, tendo em vista o papel dos agentes que atuam em diversas escalas em construção da articulação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O apoio às redes agroecológicas enquanto agricultura sustentável a partir da agrobiodiversidade e dos agroecossistemas é fundamental e pode instigar a luta pela emancipação de povos nativos e camponeses enquanto protetores das águas e da natureza contra a mercantilização da terra e seus recursos. Da mesma forma, tal apoio pode ainda fomentar as chamadas guardiãs das sementes, que compartilham da ancestralidade no cultivo e manejo, na colheita e no preparo dos alimentos em que prevalece a soberania alimentar e a diversidade cultural.

Nesse sentido, o PASSOMG tem impulsionado tal debate na esfera das relações que promovem a agroecologia em seu sentido de prática, política, ciência e movimento ao mobilizar os agentes agroecológicos para a construção e articulação do Polo enquanto espaço político. Portanto, reforçar a importância dessa iniciativa significa provocar uma reflexão crítica acerca da importância da agroecologia para além da produção de alimentos, ou seja, ela deve ser compreendida também como uma movimentação eminentemente política que envolve todos os sujeitos políticos que dela participam. Com isso, é necessário construir, dentro e fora deste espaço, estratégias de apoio, ações de financiamento estatal que busquem o fortalecimento da agroecologia de modo a dar continuidade às atividades desenvolvidas pelo PASSOMG em sua região de atuação e influência socioterritorial.

Compreendendo a sua abrangência nos territórios do sul e do sudoeste de Minas Gerais, a articulação apresenta uma dispersão interessante na região, sendo apoiada por diversas frentes, com destaque para produtores orgânicos e agroecológicos. Apesar disso, é importante mencionar que é necessário que haja o engajamento de outros municípios da região, sendo possível a representação de outros setores e agentes construtores da agroecologia, bem como o fortalecimento para maior abrangência da transição agroecológica nos territórios. O envolvimento dos agentes agroecológicos nos encontros, reuniões e feiras se faz como momento de troca surpreendente e única. Porém, vale ressaltar a importância para que esses eventos ocorram, quando possível, em seus territórios próprios, exercendo os conhecimentos e tecnologias tradicionais construídas pelos lugares em horizontalidade como aspectos indissociáveis da luta política.

Desse modo, a urgência para o fomento de ações coletivas como essa perpassa pelo problema social da fome e das crises alimentares e ambientais presenciadas e anunciadas há tempos por povos tradicionais. Já não é mais possível ficar passivo e omissor diante de todas essas mazelas e outras provocadas pelo sistema. Por isso, devemos reforçar sempre a urgência da transformação dos sistemas alimentares, destacando as importantes propostas de iniciativas que vão ao encontro de valorização das vidas; entendendo que esse movimento depende da continuidade de espaços (políticos) de discussão e construção coletiva da transição agroecológica.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 16, p. 22–32, 2012.
- ALVES, Mariana Medeiros. **Retrato das políticas pública: Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.
- BARBOSA JR, Ricardo; COCA, Estevan; SOYER, Gabriel. School food at home: Brazil's national school food programme (PNAE) during the COVID-19 pandemic. **Social & Cultural Geography**, p. 1–21, 2022.
- BARTHOLL, Timo. **Por uma geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BENTO, Willian Apoleano Lopes; SILVA, João Marcio Santos. Cartografia Social do Polo Agroecológico da Zona da Mata Mineira. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 17, n. 1, 2022.
- CALVÁRIO, Rita; DESMARAIS, Annette Aurélie; AZKARRAGA, Joseba. Solidarities from below in the making of emancipatory rural politics: insights from food sovereignty struggles in the Basque Country. **Sociologia Ruralis**, v. 60, n. 4, p. 857–879, 2020.
- CAMPBELL, Hugh. Breaking new ground in food regime theory: corporate environmentalism, ecological feedback and the 'food from somewhere' regime? **Agriculture and human values**, v. 26, n. 4, p. 309–319, 2009.
- CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v. 6, p. 63–74, 2011.
- CARDWELL, Emma. Their agriculture, our agriculture: applying critical Latin American agroecological thought to England. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 25, n. 64, p. 228–255, 2022.
- CASTRO, Iná Elias. Espaço político. **GEOgraphia**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 120–126, 2018a.
- CASTRO, Iná Elias. Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer?. **Geografares**, Vitória, n. 26, 2018b.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Todavia, 2022.
- CLAPP, Jennifer; RUDER, Sarah-Louise. Precision technologies for agriculture: Digital farming, gene-edited crops, and the politics of sustainability. **Global Environmental Politics**, v. 20, n. 3, p. 49–69, 2020.
- COCA, Estevan. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2016.

COCA, Estevan; XAVIER, Gabriela Taíse Poiati; BERTACHI, Marcos Vinícius. Geografia Agrária Crítica e Pesquisa Militante: apontamentos teórico-metodológicos. *In: MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA*, 2021, João Pessoa/Virtual. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia**. João Pessoa/Virtual: Editora Realize, 2021. p. 1–14.

COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: EdUSP, 2008.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper and Rows, 1957.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS (EPAMIG); SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Diagnóstico da cafeicultura mineira - regiões tradicionais: Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba**: Série Documentos. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.

HALL, Derek. Primitive accumulation, accumulation by dispossession and the global land grab. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1582–1604, 2013.

HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, USA, 2005.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; ALTIERI, Miguel A. Agroecology, Food Sovereignty, and the New Green Revolution. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, n. 1, p. 90–102, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36–51, 2002.

LÉVY, Jacques *et al.* Espèces d'espaces politiques. **Espace Temps**, v. 43, n. 1, p. 4–18, 1990.

LÉVY, Jacques. The spatial and the political: close encounters. *In: BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf (orgs.). Geography, History and Social Sciences*. Dordrecht: Springer Netherlands, 1995. p. 227–241.

MARTINEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. Diálogo de saberes en la vía campesina: soberanía alimentaria y agroecología. **Revista Espacio Regional**, v. 1, n. 13, p. 23–36, 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. Política (e ação) pública, território e o papel da Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 01, p. 11–19, 2011.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.939. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais**. 2021.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Consequência, 2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política.** São Paulo: Senac, 2019.

NUNES, Diogo Nogara *et al.* Experiência de consolidação da Rede de Mutirões Agroecológicos em Viçosa-MG. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 303–315, 2022.

PASSOMG. **Carta de Princípios do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais.** 2021.

PEREIRA, Nircia Isabella Andrade *et al.* Inclusão produtiva com segurança sanitária: principais desafios para a produção artesanal e mudanças na legislação. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 15, n. 2, 2020.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN - Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil.** Rio de Janeiro, 2022.

ROSSET, Peter M *et al.* Pensamiento Latinoamericano Agroecológico: the emergence of a critical Latin American agroecology? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n. 1, p. 42–64, 2021.

ROSSET, Peter M; ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: science and politics.** Rugby: Practical Action Publishing, 2017.

SMITH, Neil; LOW, Setha. **The politics of public space.** New York: Routledge, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia: geografia e ideologia.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SOJA, Edward. **The Political Organization of Space, Resource Paper No. 8.** Washington: Association of American Geographers, 1971.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático.** Florianópolis: Edusc, 1998.

TURRA NETO, Nécio. Vivendo entre jovens: a observação participante como metodologia de pesquisa de campo. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 241–256, 2012.

WEZEL, Alexander *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agonomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser anticapitalista no século XXI?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati. **Mulheres na questão agrária: um estudo sobre o coletivo "Raízes da Terra" do Acampamento Quilombo Campo Grande, Campo do Meio-MG.** 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.